



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Aquisição de Sistema de Monitorização da População Idosa Isolada, no âmbito da iniciativa de financiamento "TD C19-i01.01 - Desenvolvimento de Casos de Uso com Utilização de 5G" do PRR

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1ª – OBJETO

O presente procedimento consiste na Aquisição de Sistema de Monitorização da População Idosa Isolada", no âmbito da iniciativa de financiamento "TD C19-i01.01 - Desenvolvimento de Casos de Uso com Utilização de 5G" do PRR, conforme detalhado na Parte II – Cláusulas Técnicas e Funcionais do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2ª – CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e integrará ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar (a existirem);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos (a existirem);
 - c) O presente Caderno de Encargos e anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Fornecedor (a existirem).
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
UISEU DÃO LAFÕES

3. Os ajustamentos propostos pelo Contraente Público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo Fornecedor nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.
4. Além dos documentos indicados no n.º 1, o Fornecedor obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
5. Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 3ª - PRAZOS

O fornecimento/disponibilização dos bens objeto do procedimento deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4ª – LOCAL DE ENTREGA

O fornecimento dos bens/serviços terá lugar nas instalações que venham a ser definidas pelo Contraente Público na secção II do presente caderno de encargos.

Cláusula 5ª - PREÇO BASE

O preço contratual apresentado pelo concorrente contém todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CIM Viseu Dão Lafões, sendo o preço base fixado em 148.000,00€ (cento e quarenta e oito mil euros), que será acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, se o mesmo for devido;

Cláusula 6ª – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FATURAÇÃO

1. O pagamento será efetuado a 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

2. O Adjudicatário apresentará a fatura, sob pena de devolução, acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência, incluindo o nº(s) de compromisso(s) financeiro associado(s), o qual será respetivamente indicado pela entidade adjudicante;
3. As faturas eletrónicas (se for o caso) a emitir pelo Prestador de Serviços deverão ser enviadas para o nosso parceiro tecnológico (Broker) que é a empresa YET - Your Electronic Transactions, Lda., sendo o email faturacao@cimvdl.pt, podendo ser utilizados estes dois canais;
4. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelo Contraente Público não será objeto de qualquer cobrança adicional;
5. Serão deduzidas, no pagamento a fazer ao Adjudicatário, as importâncias necessárias à liquidação das sanções contratuais que lhe tenham sido aplicadas;
6. Caso a fatura apresentada não mereça aprovação da Entidade Adjudicante, porque não esteja conforme com o contratado, esta comunicará tal decisão ao Adjudicatário que deverá apresentar outra em substituição, devidamente corrigida;
7. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente Caderno de Encargos ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do fornecimento de bens terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

Cláusula 7ª – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

1. Nos termos do contrato a celebrar, o Fornecedor obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias, ao integral cumprimento do objeto do contrato.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a) Fornecer os bens em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
 - b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais e ambientais exigidos para os bens a fornecer, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;
 - c) Garantir os bens fornecidos, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;

- d) Proceder à entrega e/ou disponibilização dos bens nos locais e prazos previstos no presente Caderno de Encargos ou proposta adjudicada;
- e) Assegurar a reparação ou a substituição dos bens, de acordo com as condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada;
- f) Assegurar a continuidade de fabrico, de acordo com as condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada e legislação em vigor;
- g) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato;
- h) Comunicar ao Contraente Público, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
- i) Não alterar as condições do fornecimento dos bens fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- j) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelo Contraente Público;
- k) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
- l) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
- m) Cooperar com o Contraente Público, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Fornecedor em representação do Contraente Público;
 - ii. Quando o Contraente Público deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Cláusula 8ª – DEVER DE SIGILO

1. O Fornecedor obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
2. O Fornecedor obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. O Fornecedor obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.
6. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa do contraente público, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
7. O Fornecedor não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo do Contraente Público sem o consentimento prévio deste.

Cláusula 9ª – OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o Contraente Público obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo.

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

2. Constituem ainda obrigações do Contraente Público:

- a) Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o Fornecedor, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
- b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
- c) Monitorizar a qualidade dos serviços prestados;
- d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
- e) Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos produtos fornecidos.

Cláusula 10ª – TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. O Fornecedor compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:
- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
 - b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Contraente Público esteja especialmente vinculado;
 - d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Contraente Público, nomeadamente contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
 - e) Prestar ao Contraente Público toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

- f) Manter o Contraente Público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Fornecedor, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Prestador de Serviços e o referido colaborador;
 - h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
 - j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
 - k) Prestar a assistência necessária ao Contraente Público no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
 - l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33º do RGPD.
2. O Fornecedor será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

3. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são os previstos no n.º 1 do artigo 4º do RGPD.
4. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo Fornecedor é efetuado de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, o Contraente Público.
5. O Fornecedor deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.
6. Para os devidos efeitos, divulga-se o nome e o contacto do Encarregado de Proteção de Dados do Contraente Público: Ricardo Jorge de Figueiredo Riquito, endereço eletrónico: ricardoriquito@cimvdl.pt.

Cláusula 11.ª - GESTOR DO CONTRATO

1. A CIM Viseu Dão Lafões deve designar um gestor de contrato para promover o devido acompanhamento permanente da execução do contrato, nos termos do previsto no artigo 290.º-A em conjugação com a alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º, ambos do CCP, e que desempenhe o papel de interlocutor com a Parte contrária para todos os fins associados à execução contratual.
2. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente da CIM Viseu Dão Lafões, propondo, em relatório fundamentado, as medidas corretivas que se revelem necessárias.
3. A CIM Viseu Dão Lafões designa como gestor do contrato, Carina Andreia Rodrigues dos Santos, a qual pode, no decurso do contrato, solicitar esclarecimentos atinentes ao mesmo.

Cláusula 12ª - REPRESENTANTES DO ADJUDICATÁRIO E DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. As relações de Entidade Adjudicante com o Adjudicatário processar-se-ão através de representante a designar pela Entidade Adjudicante. O Adjudicatário indicará, até 10 (dez) dias úteis após a adjudicação, o seu representante junto da entidade Adjudicante, com poderes para resolver a generalidade dos assuntos emergentes do Contrato.
2. A Entidade Adjudicante poderá fazer-se representar por assessores e/ou outras entidades de sua escolha, no acompanhamento da prestação de serviços.



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Cláusula 13ª - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem a prévia autorização da entidade adjudicante, nos termos do CCP.

Cláusula 14ª – SANÇÕES CONTRATUAIS

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a CIM Viseu Dão Lafões pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento nos termos do CCP.

Cláusula 15ª – RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O incumprimento do Contrato por qualquer das Partes contratantes, dará à Parte não faltosa o direito de o resolver nos termos gerais do direito.
2. Para efeitos do número anterior, a Entidade Adjudicante notificará por escrito o Adjudicatário para sanar as deficiências assinaladas no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
3. Não se verificando sanadas as deficiências notificadas, a Entidade Adjudicante poderá resolver então o contrato, operando-se a resolução na data da receção da referida notificação.
4. O incumprimento do prazo para a prestação de serviços dá direito à Entidade Adjudicante de proceder à resolução automática do presente contrato operando-se esta resolução na data de receção da notificação por parte do Adjudicatário.
5. Caso a Entidade Adjudicante venha a resolver o Contrato, o Adjudicatário deverá indemnizar a Entidade Adjudicante pelo valor dos danos e prejuízos a este causado em virtude do comportamento faltoso.
6. A resolução do Contrato, por qualquer razão, não prejudicará ou afetará os direitos constituídos e os deveres e responsabilidades assumidas por qualquer dos outorgantes.

Cláusula 16ª – CASOS DE FORÇA MAIOR

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - i. Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - ii. Sejam alheias à sua vontade;
 - iii. Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
 - iv. Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - i. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Fornecedor, na parte em que intervenham;
 - ii. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - iii. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - iv. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Fornecedor de normas legais;
 - v. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - vi. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Fornecedor não devidas a sabotagem;
 - vii. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Fornecedor das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o Contraente Público a

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
UISEU DÃO LAFÕES

resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o Fornecedor direito a qualquer indemnização.

Cláusula 17ª - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18ª – DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

1. Correm integralmente por conta do Fornecedor os encargos ou a responsabilidade civil decorrente da incorporação em qualquer dos serviços objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos serviços, de materiais, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. São da responsabilidade do Fornecedor quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
3. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos factos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do Fornecedor se este demonstrar que os mesmos são imputáveis ao Contraente Público ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

Cláusula 19ª – ARBITRAGEM/ FORO COMPETENTE

1. No caso de divergência relativo à interpretação, execução ou cumprimento de obrigações emergentes do presente Contrato, os Outorgantes, obrigam-se a procurar uma solução consensual.
2. Qualquer litígio ou diferendo será submetido à apreciação dos responsáveis máximos dos Outorgantes, que envidarão todos os esforços para obter uma solução consensual.

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
UISEU DÃO LAFÕES

3. Se no prazo de 30 dias após o início da situação de diferendo, se frustrar a tentativa de resolução referida no número anterior, o litígio ou diferendo será decidido por recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu.
4. As partes podem derogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

Cláusula 20ª - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no CCP e demais legislação aplicável.

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Especificações Técnicas e Funcionais

Cláusula 21ª – BENS A ADQUIRIR

1. Pretende-se com esta aquisição melhorar a qualidade de vida e o acompanhamento de pessoas idosas e/ou com necessidade de apoio e cuidados de saúde (adiante utentes) através da execução de um projeto de teleassistência na saúde, consistindo na implementação de uma plataforma digital, integrada com os serviços de saúde do território. A plataforma possibilitará a monitorização dos sinais vitais dos utentes, acionar alertas de emergência e obter orientações de prevenção e promoção da saúde.

O projeto visa, ainda, facilitar a articulação dos cuidados de saúde entre os diferentes níveis de atenção e necessidades, reduzir as desigualdades no acesso, melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços e fortalecer o vínculo entre os utentes e os profissionais de saúde.

A ferramenta tecnológica de teleassistência na saúde a implementar permitirá, assim, garantir:

- a) Acompanhamento da população da região CIM Viseu Dão Lafões;
- b) Definição do tipo de sinalização, alarmística e o seu acompanhamento;
- c) Adaptação e implementação dos tipos de sinalização e alarmística em conformidade com os protocolos estabelecidos para cada área de intervenção;
- d) Ajuste e otimização remota da terapêutica precoce a adotar pela(s) equipa(s) a designar pelo Municípios / IPSS do Projeto, em estreita relação com o médico/equipa referenciadora da ULS;
- e) Seguimento regular e periódico no contexto da teleassistência na saúde, avaliando a evolução clínica em permanência, e, a eventual necessidade de transição de nível de cuidados de apoio e cuidados de saúde;
- f) Capacitação e promoção da literacia em saúde, promovendo a autogestão da doença crónica e a adesão a planos terapêuticos, incluindo a promoção de estilos de vida saudável e a melhoria da adesão às terapêuticas, em articulação com a ULS de Viseu Dão Lafões;
- g) Reavaliação periódica da evolução da população monitorizada pela plataforma de teleassistência e da indicação de permanência no Projeto.

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

2. A plataforma deverá garantir, pelo menos, os seguintes requisitos mínimos e especificações:
 - a) Acompanhamento dos utentes através de uma solução de saúde digital;
 - b) Acompanhamento dos indicadores de alarmística processados pelos dispositivos médicos dos utentes;
 - c) Adequação e Implementação dos protocolos clínicos e de atuação estabelecidos para cada área de intervenção em conformidade com a alarmística
 - d) Ajuste e otimização da terapêutica precoce e remotamente pela equipa a definir pelo Município, em estreita relação com o médico/equipa referenciadora.
 - e) Seguimento regular e periódico no contexto de telessaúde, avaliando a evolução clínica e a eventual necessidade de transição de nível cuidados
 - f) Conforme a gravidade clínica, adequar a transição de nível de cuidados, privilegiando a referência a IPSS's ou outras entidades locais, minimizando, na medida do possível, as idas ao serviço de urgência e o internamento em meio hospitalar;
 - g) Capacitação, promoção da literacia em Saúde, autogestão da doença crónica e adesão ao plano terapêutico, incluindo promoção de estilos de vida saudável e melhoria da adesão terapêutica;
 - h) Reavaliação periódica da evolução clínica e social.
3. A plataforma de teleassistência e telemonitorização contínua dos utentes deverá:
 - a) Ser baseada na cloud, com uma disponibilidade permanente, recolhendo dados de saúde de diferentes dispositivos fornecedores de informação e dados de monitorização de saúde, processando e emitindo avisos para os utilizadores da plataforma, alertando para situações críticas, consoante o programa de saúde e/ou protocolo clínico predefinido no sistema;
 - b) Deverá ser suportada numa web app, devendo poder ser acedida via browser, mediante autenticação, em dispositivos móveis, tablet e desktops;
 - c) Terá de garantir a existência de diversos perfis de utilizadores como sejam os perfis de Médico, de Enfermeiro, de Técnico Social, Administrador de sistema e de utentes, entre outros, e permitir a integração com os sistemas de saúde, do município e das demais entidades envolvidas no projeto (IPSS).

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

d) A Plataforma de teleassistência e telemonitorização a implementar considera-se ser um dispositivo médico classificado como Class IIb pela MDR (Regulamento Europeu 745/2017 e transporte para a legislação nacional pelo Decreto-Lei n.º 29/2024), pelo que será obrigatória a apresentação do respetivo certificado emitido pela entidade competente e Infarmed.

4. A plataforma deverá garantir, pelo menos, as seguintes funcionalidades e capacidades mínimas.

4.1. Módulo de Registos

Deverá permitir o registo de dados de saúde. Permitir que os utentes registem os seus dados de saúde, de forma manual ou automatizada, a partir de dispositivos médicos conectados.

A conectividade deverá estar assegurada para a maioria das plataformas e aplicações existentes no mercado, tal como com smartphones com sistema Android/IOS. Tem de permitir receber notificações automática (push, SMS ou email) e permitir comunicar com os profissionais de saúde através de videoconsulta ou chat.

4.2. Módulo de Triagem

Deverá dispor de um módulo que possibilite aos profissionais de saúde implementar protocolos clínicos para monitorização e triagem dos dados de saúde dos pacientes, de forma automatizada.

O sistema deverá gerar alertas dos pacientes monitorizados, consubstanciados em algoritmos e guiões pré-definidos e com a estratificação do risco.

O sistema deve também disponibilizar alarmística relacionada com problemas de usabilidade e/ou técnicos.

4.3. Módulo de gestão clínica

Deverá possibilitar a gestão de todo o processo baseado numa web app, permitindo o acesso através de computadores, tablets e smartphones. Neste módulo deverá ser visível a informação dos pacientes e os seus alertas, funcionando como uma ferramenta de gestão dos utentes, permitindo que os profissionais de saúde acedam e assegurem um primeiro nível de assistência e em caso de necessidade, permitindo, em caso de necessidade, o reencaminhamento da informação para a equipa médica, assegurando, assim, um segundo nível de assistência clínica.

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

4.4. Módulo de Agenda

Permitindo que o utente registe e acompanhe o seu Plano de Cuidados diários (agendamentos, tomada de medicação, acesso a lista de tarefas, inquéritos e tutoriais disponibilizados pelas equipas de cuidados de saúde, etc.).

4.5. Módulo “A minha saúde”

Reunindo funcionalidades e informações que permitam que o utente acompanhe o seu estado de saúde e bem-estar, apresentando os dados vitais e de saúde do utente, de forma resumida.

4.6. Módulo de Conteúdo Educacional

Com conteúdos personalizados e adequados aos utentes, incluindo atividades de desenvolvimento cognitivo e tutoriais de atividades recreativas e físicas com várias temáticas disponíveis.

4.7. Módulo de Stream de vídeo

Com possibilidade de subscrição de canais de stream de vídeo (IPSS, ISS, ULS, ou temáticos) de acordo com os interesses dos utentes.

4.8. Módulo de Contactos

Possibilitando a realização de contactos diretos (voz, videochamada), com um único click, com a família, amigos e com as equipas de teleassistência (IPSS, ULS, município, etc.).

5. A plataforma deverá garantir, pelo menos, as seguintes funcionalidades e capacidades específicas mínimas.

5.1. Capacidades de Registo:

- a) Registrar medições de parâmetros de saúde, de forma manual, ou automaticamente através de comunicação com dispositivos de medição e/ou outras aplicações de saúde e bem-estar;
- b) Conectar e desconectar dispositivos de medição e/ou outras aplicações de saúde e bem-estar;
- c) Visualizar as medições registadas, respetivo histórico e estatísticas;

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

- d) Visualizar os valores de referência e/ou objetivos definidos para cada parâmetro;
- e) Receber notificações automáticas e comunicar com equipa clínica através de chat;
- f) Visualizar conteúdos educacionais relacionados com a patologia do utilizador;
- g) Receber inquéritos de saúde de forma automatizada;
- h) Configurar as definições da App.

5.2. Parametrização. Os parâmetros de saúde deverão poder ser registados das seguintes formas:

- a) Manualmente, inserindo os valores da medição diretamente na App;
- b) Automaticamente, através da comunicação Bluetooth com dispositivos de medição;
- c) Automaticamente, através de leitura OCR (Optical Character Recognition) do visor dos dispositivos de medição.
- d) Automaticamente, através de comunicação com outras aplicações móveis de saúde e bem-estar;
- e) Automaticamente, através de fórmula matemática que terá em consideração um ou mais parâmetros de saúde;
- f) Com a integração de APIs de outros fabricantes (por exemplo Lifescan) ou outros fabricantes que possibilitem a interconexão;
- g) Definição prévia de um conjunto alargado de parâmetros a monitorizar nomeadamente tendo em conta as patologias de:
 - i. Insuficiência cardíaca / Valvulopatias;
 - ii. Doença Pulmonar Crónica Obstrutiva / Insuficiência Respiratória / Patologia do Interstício;
 - iii. Diabetes mellitus;
 - iv. Doenças Neurológicas;
 - v. Síndrome de Fragilidade do Idoso;
 - vi. Condição pós-COVID;
 - vii. Pós-procedimentos invasivos (pós-colocação de PEG, pós-cirúrgicos, pós-TAVI).
- h) Capacidade de definição de parâmetros de monitorização e valores de referência para novos parâmetros não previstos inicialmente.

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

5.3. Conectividade Bluetooth

No que concerne ao processo de registo automático de medições através de comunicação Bluetooth, o mesmo deverá requerer o emparelhamento prévio do Bluetooth dos dispositivos de medição com o dispositivo móvel do utilizador, sendo que o processo de emparelhamento será realizado uma única vez.

Este emparelhamento deve ser obrigatoriamente agnóstico, podendo conectar diferentes dispositivos de diferentes empresas, sem qualquer restrição ou software proprietário.

Terá de ser garantida a compatibilidade com a nova geração de Bluetooth 5.2.

A entidade adjudicante deverá apresentar uma listagem de todos os dispositivos que comprovadamente se ligam à plataforma, identificando a marca e modelo do dispositivo médico.

5.4. Informação

A plataforma deverá disponibilizar informação relevante sobre a monitorização dos utentes.

Sobre a apresentação de dados sobre os registos e parâmetros de saúde:

- a) Os parâmetros de saúde registados deverão ser apresentados na App no ecrã/dashboard inicial e no menu específico de cada parâmetro;
- b) O dashboard inicial deverá apresentar os valores das últimas medições dos parâmetros de saúde registadas, incluindo: nome e simbologia adequada ao parâmetro, o valor da última medição e a data e hora da última medição;
- c) Os valores deverão ser apresentados em lista, ou, de forma complementar, por ordem decrescente da data e hora do último valor registado, utilizando um código de cores que indica o grau de criticidade dos mesmos;
- d) Para cada parâmetro de saúde, a App deverá apresentar um menu específico que reúna a informação de todas as medições realizada nomeadamente:
 - i. Estado, incluindo o valor, data e hora da última medição;
 - ii. Evolução, gráfico de evolução dos valores das medições registadas;
 - iii. Estatísticas, informação estatística sobre os valores das medições registadas.

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt

A plataforma deverá disponibilizar gráficos de evolução dos parâmetros definidos, considerando as seguintes condições:

- a) No gráfico de evolução de medições, o utilizador deverá poder navegar no histórico e consultar os valores das medições registadas em qualquer data e intervalo de tempo, dia (últimas 24 horas) semana (últimos 7 dias), mês (últimos 30 dias) ou ano (últimos 12 meses);
- b) Os gráficos que apresentarem mais do que um parâmetro de saúde, devem ser apresentados em linhas com cores diferentes. Os gráficos referentes a apenas uns parâmetros de saúde deverão poder ser apresentados em linhas ou em colunas. Em ambos os casos, o utilizador deverá poder visualizar o valor medido num determinado momento, selecionando o ponto referente a esse momento.

A plataforma deverá, ainda, disponibilizar um módulo de estatísticas, considerando as seguintes condições:

- a) As estatísticas serão calculadas com base nos valores de medições registados manualmente e/ou automaticamente pelo utilizador (de acordo com o definido em protocolo clínico), desde o primeiro dia de utilização da App;
- b) As estatísticas deverão poder ser apresentadas em intervalos de tempo específicos: dia (últimas 24 horas) semana (últimos 7 dias), mês (últimos 30 dias) ou ano (últimos 12 meses);
- c) Garantir a funcionalidade de exportação de histórico de parâmetros (individual ou de vários por seleção de filtros) para formatos externos como seja por exemplo CSV.
- d) Assegurar a partilha dos dados das intervenções e registos da plataforma (devidamente anonimizados) com a plataforma analítica territorial – Smart Region Viseu Dão Lafões.

6. Funcionalidades de Interação

6.1. Notificações e Mensagens

A plataforma deverá disponibilizar um módulo de gestão de notificações e mensagens, com as seguintes capacidades:

- a) Receção de notificações automáticas, do tipo Notificações e Questionários;
- b) Disponibilizar também uma ferramenta de instant messaging (chat) que permita a troca de mensagens entre o utilizador e a sua equipa clínica;



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

- c) As notificações deverão ser enviadas via API da plataforma, de acordo com as regras de envio definidas no protocolo clínico específico e com possibilidade de serem efetuadas por Push Notification, SMS e e-mail.

6.2. Construção de modelos de avaliação

A plataforma deverá disponibilizar a funcionalidade de construção e definição de questionários específicos de avaliação por patologia associada pelo “gestor do sistema”.

6.3. Gestão de Alertas

A plataforma deverá disponibilizar um módulo de criação e gestão de alertas, com as seguintes funcionalidades:

- a) Possibilidade de criação de alertas e sua parametrização por patologia de doença;
- b) Possibilidade de criação de alertas e sua parametrização por doente, individualmente, independentemente dos alertas globais por patologia de doença;
- c) Assegurar a gestão de estados dos alertas quer sejam globais quer sejam por doente;
- d) Gestão do histórico de alertas por doente;
- e) Capacidade de parametrização na plataforma de alertas pelos profissionais de saúde, com definição dos valores de referência dos parâmetros que contribuem para a definição do alerta;
- f) Categorização de alertas, nomeadamente alertas clínicos e alertas técnicos (ex: alerta de ausência de medição, despoletados sempre que o sistema não receba as medições do utente, nas condições e tempestividade definidas no protocolo clínico.)

7. Serviços de Implementação

Para efeitos da implementação da plataforma de Monitorização da População Idosa Isolada, deverá ser assegurada a prestação dos seguintes serviços:

- a) Colaboração com as entidades competentes da região (ULS, IPSS e municípios a designar) para criação do Programa de Telemonitorização de Pacientes;
- b) Apoio na criação e/ou adaptação dos respetivos “Planos de gestão integrada da doença crónica”;

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

- c) Apoio na criação e/ou adaptação dos respetivos protocolos clínicos das equipas das entidades competentes da região (ULS, IPSS e municípios a designar);
- d) Integração da plataforma de telemonitorização com os sistemas de informação das entidades competentes da região (ULS, IPSS e municípios a designar, incluindo SClínico);
- e) Desenho dos processos de intervenção;
- f) Formação das equipas de triagem e encaminhamento;
- g) Capacitação de equipas para formar doentes e parceiros sociais;
- h) Elaboração de relatórios de avaliação “value based”.

8. Equipamentos a fornecer

Para efeitos da implementação da plataforma de Monitorização da População Idosa Isolada, devem ser fornecidos os seguintes equipamentos:

Equipamento	Características (mínimas)	Quantidade
Smartwatch	Certificação MD (Medical Device), Medição de Calorias, Número de passos, Posição GPS, Altimetria, Tempo de Atividade, Distância percorrida, Monitorização do sono (Ciclos: intenso, leve, REM; Qualidade: duração, regularidade, interrupção); Frequência cardíaca (acordado, sono); Irregularidades no sono; SpO2 (nível saturação de oxigénio; Eletrocardiograma (c/ deteção Afib); ECG (analisador de intervalos).	40 Un.
Pulseiras SOS	Com sensor de deteção de quedas e monitorização da atividade do utilizador.	20 Un.
Tablet + Cartão de Dados 5G	Tablet iOS ou Android, écran 11”, resolução 1920 x 1200 (WUXGA), Memória RAM 4 GB, Memória Interna 128 GB, Bluetooth, Wifi e 5G, Inclui Caneta.	12 Un.
Kit de Dispositivos de Monitorização	Incluindo: Tensiómetro, Termómetro, Oxímetro, Balança Digital e Glucómetro	40 Un.

O Fornecedor obriga-se a entregar ao Contraente Público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nesta secção.

9. Licenciamento

O tipo de licenciamento a considerar será de Software As a Service (SaaS), considerando, para efeitos do licenciamento dos utentes, três níveis diferentes de licenciamento:

- a) Utentes/doentes com integração de biossinais;

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

- b) Utentes/doentes com gestão apenas de inquéritos de avaliação/formulários, e,
- c) Utentes/doentes com “alarmística” resultante de sistemas proprietários de outras empresas.

Sendo que a plataforma deverá garantir:

- a) O licenciamento em simultâneo de no mínimo 40 utentes ativos e com perfil de integração de parâmetros/biossinais;
- b) O licenciamento dos 40 doentes ativos com integração direta deverá, ainda, permitir a existência de licenciamento no mínimo de 300 utentes com alarmística resultante de integração direta com outros sistemas de monitorização externos à plataforma;
- c) O envio de formulários e escalas definidas, ou seja, doentes sem integração direta de parâmetros/biossinais mas que serão geridos diretamente pela plataforma por gestão de questionários específicos.

Adicionalmente, deverá estar previsto e incluída uma bolsa de horas anual para desenvolvimentos específicos e apoio na gestão da plataforma, nomeadamente para a construção de formulários à medida, de estatísticas e de dashboards com indicadores adequados à gestão, operação e monitorização da População Idosa Isolada sistema

10. Integrações e interfaces

Será obrigatória a integração de informação clínica com o Processo Clínico Eletrónico do **SClínico | Cuidados de Saúde Hospitalares (CSH), do SNS**.

Será necessário a empresa proponente realizar a **Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD)** da plataforma de acordo com o modelo em vigor.

Cláusula 22ª – CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
2. Os bens objeto do contrato bem como as respetivas peças, componentes ou equipamentos têm de ser novos.

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O Fornecedor é responsável perante o Contraente Público por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam quando os bens lhe são entregues.

Cláusula 23ª – ENTREGA DOS BENS MÓVEIS

1. Os bens serão entregues no local indicado nas respetivas notas de encomenda (ou outro documento equivalente), nas seguintes condições:
 - a) Em conformidade com as especificações técnicas aplicáveis;
 - b) Com todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização, funcionamento ou consumo daqueles;
 - c) Com toda a documentação legal necessária à sua circulação.
2. A entrega dos bens é sempre acompanhada dos seguintes documentos:
 - i. Guia de remessa da qual deve constar, designadamente:
 - ii. A data de entrega;
 - iii. Identificação do Fornecedor;
 - iv. Identificação do Contraente Público;
 - v. Local de entrega;
 - vi. Data do pedido e número da encomenda emitida (ou outro documento equivalente);
 - vii. Número do contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
 - viii. Indicação e quantidade dos bens;
 - ix. Número de série de cada bem, se aplicável.
3. A cópia da guia de remessa, assinada pelo Contraente Público, fica na posse do Fornecedor, constituindo prova bastante da entrega dos bens.
4. A assinatura da guia de remessa pelo Contraente Público não implica a aceitação de eventuais discrepâncias dos bens com as características previstas no presente Caderno de Encargos.
5. O risco nas fases de acondicionamento, transporte, embalagem, carga e descarga da entrega, é da exclusiva responsabilidade do Fornecedor.

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

6. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da entrega são da responsabilidade do Fornecedor.

Cláusula 24ª – ACEITAÇÃO DOS BENS

1. Após o ato de entrega e/ou instalação dos bens, o Contraente Público dispõe de um prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para proceder à verificação quantitativa e qualitativa dos bens, efetuando testes e aferindo eventuais irregularidades ou a existência de defeitos de fabrico, transporte ou montagem.
2. O Contraente Público deve transmitir ao Fornecedor todas as irregularidades encontradas, sendo que, findo o prazo mencionado no n.º 1 desta cláusula, sem que tenha sido comunicada a rejeição dos bens, considera-se que há lugar à aceitação definitiva dos mesmos.
3. Caso haja lugar à rejeição dos bens, será da responsabilidade do Fornecedor a retificação das anomalias detetadas, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.
4. Em caso de rejeição dos bens, o Fornecedor dispõe de um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 3, para proceder à substituição dos bens rejeitados.
5. Quando as deficiências e irregularidades detetadas não impliquem a rejeição dos bens, o Fornecedor dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 3, para suprir as deficiências e irregularidades detetadas.
6. Todos os encargos com a devolução e a substituição dos bens rejeitados são da exclusiva responsabilidade do Fornecedor.
7. A rejeição dos bens disponibilizados nos termos da presente cláusula não confere ao Fornecedor o direito a qualquer indemnização.
8. A rejeição dos bens por parte do Contraente Público pode conferir-lhe o direito a ser indemnizado, pelos custos incorridos e prejuízos comprovadamente sofridos

Cláusula 25ª – GARANTIA TÉCNICA

1. O Fornecedor deve garantir os bens fornecidos contra quaisquer deficiências ou desconformidades com as exigências legais e com as características e especificações técnicas, nos termos do disposto no CCP e demais legislação que disciplina os aspetos relativos à aquisição de bens móveis de consumo.

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Rua Dr. Ricardo Mota, nº 16

3460-613 TONDELA

Tel: (+351) 232 812 156; Fax: (+351) 232 812 157

Url: <http://www.cimvdl.pt>; email: secretariado@cimvdl.pt



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

2. O prazo de vigência da garantia conta-se a partir da data de aceitação definitiva dos bens.